

A importância da leitura e na educação infantil

RESUMO

Neste artigo, buscou-se, por meio de pesquisa bibliográfica, compreender as variáveis que envolvem o aprendizado da leitura na Educação Infantil. Esta pesquisa foi realizada com seu foco voltado para os profissionais que trabalham nesse nível de ensino, pois, para formar alunos leitores, os professores, de maneira especial, devem ter formação pedagógica adequada para incentivar a leitura e a escrita desde os primeiros anos da educação. As habilidades, criatividade e imaginação da criança precisam ser incentivadas pelos professores para que ela se sinta à vontade para praticar a leitura e buscar conhecimento durante todo o período escolar e, por conseguinte, durante toda a sua vida. A literatura oral ou escrita é a principal forma pela qual recebemos a herança da tradição que nos cabe transformar. É na literatura infantil que se encontra o agente ideal para transformação da mentalidade que se faz urgente e necessária.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; leitura; aprendizagem.

Ana Carolina Nunes dos Santos Palomo
anynhakarolzynha@hotmail.com
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná, Brasil.

Nelson dos Santos
nsantos@utfpr.edu.br
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná, Brasil.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou compreender e mostrar importância da leitura na educação infantil, como os professores podem utilizar práticas pedagógicas para incentivar a sua prática desde o início do processo educacional. Para alcançar tal objetivo, buscou-se, também, por meio dessa investigação, que é de caráter bibliográfico, compreender como acontece o desenvolvimento infantil e quais as características que envolvem as práticas de leitura nessa etapa da educação.

A leitura na Educação Infantil tem papel extremamente relevante, pois, é nessa fase, que as crianças estão desenvolvendo o imaginário. Cabe ao professor, nesse cenário, aperfeiçoar as formas de contar histórias mostrando sempre uma figura ou algo para estimular a fantasia dos alunos. Portanto, as situações de leitura ou contação de história na Educação Infantil devem ser de curta duração utilizando um vocabulário de fácil compreensão, adequado para o nível de entendimento das crianças, pois, nessa fase, elas precisam mais do “ver” do que “ouvir”, como se faz determinada tarefa.

A leitura nessa etapa deve ser de curta duração, pois as crianças não são capazes de manter a atenção por muito tempo a uma mesma atividade, o que pode levá-las a perder o interesse.

Também é importante que o professor de Educação Infantil organize a socialização das crianças, porque esta é a fase do egocentrismo, é o momento de trabalhar a partilha de materiais, brinquedos, atenção da professora e demais colegas sem criar conflitos na turma.

A Leitura na Educação Infantil deve ser incentivada na escola e envolver a família no trabalho, sempre, desenvolvendo um projeto de leitura com livros que irão para casa nos fins de semana para que os pais leiam para seus filhos, fazendo com que eles compreendam a importância do livro e descubram, junto com a família, as fantasias do livro. Outro ponto positivo na leitura é a criatividade que desperta na criança o seu imaginário e faz com que a ela se entusiasme criando sua própria fantasia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste artigo está distribuída em quatro subseções, conforme se pode verificar no decorrer do texto.

2.1 OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil tem uma longa trajetória e seu início levou até a explosão capitalista e a crescente industrialização que dominou determinada época da nossa história.

Por conta disso, as mulheres começaram a sair de seus lares para o trabalho nas fábricas, mas, para isto, precisavam de um ambiente para deixar seus filhos, fato que deu abertura para a implantação dos centros de educação infantil, isso na Europa, pois, só mais tarde, expandiu-se para os demais territórios.

Esses lugares tinham um caráter assistencialista e objetivavam apenas os cuidados das crianças no período em que as mães estavam no trabalho. E, é válido lembrar que o público atendido nesses ambientes eram filhos advindos de famílias sem recursos financeiros, tendo em vista que os filhos das pessoas que tinham recursos iam para escolas particulares e com atendimento diferenciado.

Como se vê, foram as mudanças sociais que impulsionaram a criação dos recintos que hoje, no caso do Brasil, atendem, inclusive por determinação legal, crianças de qualquer classe social.

O direito foi garantido a partir da carta constitucional que incluía, na Constituição de 1988, o artigo 208, inciso IV, afirmando ser dever do Estado o atendimento efetivo mediante educação infantil, creches e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Mais tarde, surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que orienta, no artigo 53, que “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho...” e, no inciso V, afirma que as crianças devem ter “[...] acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.”.

No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.384), na seção II, em seu artigo 29, diz que,

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis

anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Em seu artigo 30, a LBD ainda faz a seguinte separação da educação infantil: As crianças de até três anos de idade serão atendidas em creches e as de quatro a seis anos de idade, nas pré-escolas.

Pode-se observar que, com o passar dos anos, as leis foram ajudando a mudar a concepção da educação infantil e a maneira como ela vem sendo aplicada, sendo asseguradas tanto a sua qualidade como a sua gratuidade.

Somam-se com essas leis, os parâmetros curriculares nacionais (1997), que veio para organizar, orientar e garantir a qualidade do ensino no país. Eles não procuram a homogeneidade do ensino, mas sim a adaptação dos currículos a cada realidade a que ele se aplica.

A educação infantil transfigurou-se muitas vezes e assim continuará, pois precisa e muito ser melhorada e discutida, tendo em vista que ela objetiva o desenvolvimento integral do público que atende.

Pensando nisso, propôs-se discutir também, aqui, um dos pontos importantes para o desenvolvimento da criança e para a melhora do ensino nos anos iniciais da vida escolar dela: a literatura. Isso porque essa é uma fase indiscutivelmente importante para seu bom crescimento cognitivo, intelectual, social, emocional e físico.

2.2 LITERATURA INFANTIL: PROCESSO HISTÓRICO

O ser humano sempre procurou registrar, de alguma maneira, sua vida e tudo que o estivesse sua volta. Acredita-se que as primeiras tentativas nesse sentido foram encontradas nas pinturas rupestres que mais tarde evoluíram para outras formas de documentação.

A literatura, uma arte milenar, desde seus primórdios, esteve ligada ao homem e pode ser considerada uma forma inteligente de guardar as memórias humanas.

As artes preservaram muito a história e a literatura faz isso muito bem. Como é bom conhecer a Europa do século XV aos olhos de Miguel de Cervantes, o Brasil

indígena, nos escritos de José de Alencar e, que tal conhecer os engenhos nordestinos com a obra de José Lins do Rego em “Menino de Engenho”?

A literatura é especialmente importante para a construção da história de um povo, para sua cultura, para seu reconhecimento e sua legitimidade. Graças aos escritores literários e outros é que terá, hoje, acesso a épocas inimagináveis, culturas e acontecimentos salvos por escritos e deixados por quem se preocupou em documentar, ao longo da história, momentos importantes da vida e da sociedade daquela época.

No princípio, a literatura não tinha uma aproximação com as crianças, já que elas eram consideradas “adultos em miniatura” Nessa época, a sociedade não concebia a criança e a infância como as concebemos hoje.

Atualmente, as crianças devem ser cuidadas, protegidas e estimuladas junto da família e na escola, algo que foi mudando com as transformações gradativas da sociedade, como comentado na seção anterior.

Por volta da segunda metade do século XVIII, foi que a literatura infantil ganhou espaço, especificamente, com a publicação da obra “Contos da mamãe Gansa”, de Charles Perrault, na Europa.

Antes disso, não se tinha a preocupação da escrita para as crianças, até mesmo porque elas eram vistas de outra forma, como afirmam Lajolo e Zilberman (1988 p. 17), no trecho a seguir sugerindo que a criança “[...] passa a deter um novo papel na sociedade, motivando o aparecimento de objetos industrializados (o brinquedo) e culturais (o livro) ou novos ramos da ciência (a psicologia infantil, a pedagogia ou a pediatria) de que ela é destinatária”.

Passando a deter esse novo papel perante a sociedade, surgem então mais obras literárias destinadas a essas crianças, assim como estudos que buscam a importância do trabalho com a leitura na educação infantil.

Sabe-se que a educação infantil tem função pedagógica, precisa atender às necessidades das crianças e auxiliar na educação junto aos familiares e comunidade. Portanto, os professores precisam organizar suas atividades pensando no que as crianças gostam, nas suas necessidades básicas, como o brincar. Como cita o autor Barreto et al., (2008, p. 3):

Cabe ao professor individualizar as situações de aprendizagem oferecidas às crianças, considerando suas capacidades afetivas, emocionais, sociais, cognitivas assim como os

conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversas. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda, simultaneamente, às demandas do grupo e as individualidades de cada criança.

É importante ressaltar que cada criança possui suas características individuais próprias, maneiras diferente de aprender, de fazer, de agir, de responder as atividades propostas, os professores precisam observar o desenvolvimento de cada aluno e buscar meio para atender a todos, isso é um desafio para os educadores, mas uma necessidade para as crianças. Segundo Silveira e Sampaio (2010, p. 32).

A necessidade por atendimento às crianças só vem aumentando diante da estrutura capitalista atual e as instituições vêm experimentando diversas metodologias e formas de estimulação por meio de atividades lúdico-pedagógicas. A maioria dos pais procura atendimento integral para as crianças, esta realidade merece uma reflexão especial. Na verdade, na última década, houve, em muitos casos, uma transferência da responsabilidade pela educação dos filhos para os profissionais da educação, que se sentem, muitas vezes, sobrecarregados e sem apoio para realizar seu trabalho. É essencial que as famílias acompanhem o desenvolvimento de suas crianças e participem juntamente com as escolas no processo educacional.

As discussões acerca da educação infantil atualmente se referem também à formação dos professores, pois esses precisam estar preparados para trabalhar com crianças em processo de desenvolvimento, que precisam de diversas atividades lúdicas, de disciplina, de brincadeiras em grupo, etc. Na LDB, Lei nº 9394/96, o artigo 62 dispõe acerca disso lembrando que ANDRADE, 2010, p. 44.

A formação de docentes para atuar na educação básica, far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Os profissionais docentes da educação infantil encontram diariamente desafios no desenvolvimento de suas atividades, nenhuma criança é igual à outra

e responderá da mesma forma aos exercícios propostos. Diante disso, os professores, além de gostarem da sua profissão, devem buscar inovações, atividades diversificadas e conhecer seus alunos para melhor lidar com as situações do dia-a-dia. Segundo Andrade (2010, p. 146),

Conforme a LDB, a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade.

A instituição de ensino infantil precisa dispor de meios para atingir esses objetivos, organizando um espaço saudável e interativo. A criança precisa brincar, conhecer, sentir, questionar, observar, interagir para sua formação. Nas creches e pré-escolas, as atividades lúdicas aproximam as crianças dos adultos e de outras crianças, promovendo esse desenvolvimento.

2.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Para se compreender o desenvolvimento infantil, é necessário que se tome como base as teorias e conhecimentos de Piaget e Vygotsky. Piaget acredita que o conhecimento é adquirido através das trocas entre o organismo e o meio. Para ele, o ser humano passa por um processo de adaptação, assimilação e acomodação. De acordo com Cavicchia (2010, p. 2), baseado nos estudos de Piaget (1970, p. 2)

Ao tentar se adaptar ao meio ambiente o indivíduo utiliza dois processos fundamentais que compõem o sistema cognitivo a níveis de seu funcionamento: a assimilação ou a incorporação de um elemento exterior (objeto, acontecimento etc.), num esquema sensório-motor ou conceitual do sujeito e a acomodação, quer dizer, a necessidade em que a assimilação se encontra de considerar as particularidades próprias dos elementos a assimilar. No sistema cognitivo do sujeito esses processos estão normalmente em equilíbrio. A perturbação desse equilíbrio gera um conflito ou uma lacuna diante do objeto ou evento, o que dispara mecanismos de equilíbrio. A partir de tais perturbações produzem-se construções compensatórias que buscam novo equilíbrio, melhor do que o anterior. Nas sucessivas desequilibrações e reequilibrações o conhecimento exógeno é complementado pelas construções endógenas, que são incorporadas ao sistema cognitivo do sujeito. Nesse processo, que Piaget denomina processo de equilíbrio, se constroem as estruturas cognitivas que o sujeito emprega na compreensão dos objetos, fatos e

acontecimentos, levando ao progresso na construção do conhecimento.

Piaget (1970) buscou designar estágios de desenvolvimento cognitivo, ou seja, definiu quatro estágios para demonstrar o desenvolvimento da criança, de suas estruturas cognitivas. Estágio da inteligência sociomotora (até 2 anos de idade), estágio da inteligência simbólica ou pré-operatória (de 2 a 7-8 anos), estágio da inteligência operatória concreta (7-8 anos a 11-12 anos) e estágio de inteligência formal (a partir de 12 anos). Para ele, a criança passa por esses estágios até chegar ao equilíbrio final. A concretização dessa formação ocorrerá de acordo com o meio em que a criança vive. Ferreira (2008, p. 3) destaca que,

O primeiro período, sensório-motor (0 a 24 meses), baseia-se em uma inteligência que trabalha as percepções e as ações através dos deslocamentos do próprio corpo. Neste período a criança não possui representação mental, ou seja, para eles os objetos só existem se estiverem em seu campo visual. A conduta social, neste período, é de isolamento e indiferenciação, onde o mundo se volta inteiramente a própria criança (o mundo é ela).

No estágio pré-operatório, surgem as funções do sistema de significação que permite o surgimento da linguagem. A criança começa a criar imagens mentais de objetos, animais ou pessoas na ausência dos mesmos. Transforma um objeto em outro imaginário para brincar com aquilo que ela deseja, as crianças dão animações aos objetos. O terceiro estágio da inteligência operatória concreta é o nível em que a criança organiza o mundo de forma lógica ou operatória. A conversação nessa fase já é possível, a criança já organiza melhor sua fala. O último estágio é o das operações formais, quer dizer, o nível de pensamento hipotético-dedutivo é o auge do desenvolvimento cognitivo da criança.

Já, para Vygotsky (1989), o desenvolvimento da criança acontece através da interação do indivíduo com as relações socioculturais que ele vive dentro da sociedade em que está inserido. A criança já chega na escola com uma bagagem de conhecimento que adquiriu através dessa interação. Para Vygotsky, ao brincar, a criança também está se desenvolvendo e aprendendo o comportamento social que ela vê na sociedade.

Segundo Vygotsky, a criança é um ser social e desde os seus primeiros momentos de vida ela já faz parte de um todo macros social o qual, por sua vez, poderá interferir em seu comportamento humano através de mediações constantes entre este ser e a linguagem. Além disso, segundo ele, o indivíduo é formado pelo entrelaçamento de duas linhas distintas: uma de origem biológica e outra de origem sócio-cultural. A de origem biológica abarcaria aquelas características biologicamente definidas para todos os seres humanos, enquanto que as de ordem sócio-cultural estariam relacionadas aos aspectos apreendidos e cristalizados no comportamento humano durante os processos de trocas mediadas com os outros. Essas trocas, de acordo com a teoria sócio-histórica, se dão basicamente através da linguagem. (DRAGO; RODRIGUES, 2009, p. 53).

Vygotsky acredita que o aprendizado antecede o desenvolvimento, e a criança, primeiro aprende, passando de um nível a outro, para chegar a sua formação completa.

Dessa forma, Vygotsky via que entre o conhecimento já adquirido e o que poderia ser dominado pelo homem (no caso a criança) num futuro próximo com a ajuda de outros colegas mais capazes e/ou um adulto, existia uma zona intermediária que ele denomina de zona de desenvolvimento proximal. Ou seja, sendo a aprendizagem anterior ao desenvolvimento, esse por sua vez só se dá a partir do momento em que novas aprendizagens forem sendo conseguidas, num processo ininterrupto de aquisição e superação de obstáculos de forma constante e dialética. Assim, “a zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão” (VYGOTSKY, 1991, p. 97, citado por DRAGO; RODRIGUES, 2009, p. 54).

A brincadeira do “faz de conta” leva a criança a imaginar situações que ela vivencia na sociedade, em casa, na comunidade onde vive, na escola, etc. Ao estar se relacionando e aprendendo em seu meio, a criança se desenvolve, isso acontece também no processo de ensino e aprendizagem, o aluno conhece muitas coisas, aprende conteúdos novos e, em seguida, começa a conhecer novas atividades, conteúdos e informações.

A criança precisa receber, nas instituições de ensino infantil, possibilidades para que o seu desenvolvimento seja completo, considerando suas necessidades e habilidades para uma formação saudável e integral em todos os seus aspectos:

cognitivo, psíquico, motor, intelectual e físico. O aluno precisa ter contato na escola com experiências que ele vive em sociedade, com livros que vão cativar sua atenção e que transmitem algum ensinamento, com objetos e atividades que são assimiladas com situações do cotidiano. Assim, ela vai se desenvolver corretamente dentro do espaço escolar e fora dele.

2.4 A LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Quanto mais cedo acontecer a inserção da criança no mundo das letras, maior a probabilidade de formar um indivíduo que gosta de leitura, de livros, da escrita e passará a praticar isso em seu cotidiano. As crianças gostam que os adultos leiam para elas, mesmo quando elas não compreendem os sinais gráficos, elas assimilam e associam a história com as imagens e imaginam, criam, transformam, buscam compreender o que está escrito nos livros e nas imagens nele representadas. É importante que desde bebê a criança tenha acesso à leitura, ainda que ela não compreenda totalmente, mas vai se adaptando e adquirindo gosto pela leitura. Inicialmente as crianças escutam as histórias que os adultos contam, em seguida, percebem que o livro é tátil, querem folhear, observar e tentar compreender as suas letras e imagens. Esse contato da criança com os livros não pode deixar de acontecer, os professores podem usar isso como um estímulo para o desenvolvimento do gosto pela leitura. Segundo Kretzmann e Rodrigues (2006, p. 2-3),

A escola, além de contribuir para a aproximação da leitura, pode exercer um papel crucial na formação do não-leitor. O professor, nesse contexto, precisa revolucionar sua prática pedagógica, questionar-se, refletir criticamente sobre seu papel e valor na sociedade, para fazer de seus alunos cidadãos mais críticos e participativos. A escola precisa ser formada por diretores, pedagogos, bibliotecários e professores que tenham uma formação em leitura. Direcionados a uma prática de leitura diferente daquela que há anos vem sendo adotada pela escola, bibliotecários e professores poderão trabalhar em conjunto rumo à formação de alunos que frequentem assiduamente a biblioteca, que encontrem significados em suas leituras e que programem um tempo para ler.

A instituição de ensino deve ser pioneira na formação de alunos leitores, as possibilidades criadas pelo professor em suas práticas pedagógicas é que farão

com que os alunos gostem ou não gostem de ler. A leitura deve começar desde cedo na vida das crianças, os livros e a escrita devem fazer parte do cotidiano escolar bem como, imagens coloridas, cativantes e que fazem parte da realidade da criança. Segundo Kretzmann e Rodrigues (2006, p. 3),

Como a imitação faz parte do processo de aprendizagem da criança, ver outras pessoas lendo é importante para as suas primeiras experiências com a leitura. Aprende-se a ler vendo outras pessoas lerem, prestando atenção às leituras que elas fazem para si, tentando ler, experimentando e errando. Se desde pequena a criança tiver contato com a leitura, sendo estimulada por aqueles que com ela convivem em casa e na escola, são grandes as chances de ela ser uma leitora efetiva e assídua. A leitura de histórias é um momento que proporciona à criança o conhecimento da forma de viver, pensar, agir de outras culturas, de outros tempos e lugares bem como o universo de valores.

Tanto os professores quanto a família, para formar crianças leitoras, precisam ler, praticar a leitura e ler para as crianças. Um professor que não gosta de leitura não é capaz de formar alunos leitores. As crianças seguem exemplos, imitam, querem fazer o que os adultos fazem. Kretzmann e Rodrigues (2006, p. 8) explicam que,

A criança da Educação Infantil precisa de ilustrações que a ajudem a compreender o texto. Um desenho simples, feito com poucos traços, pode ser melhor do que um desenho rebuscado, mas redundante em relação ao texto. Na literatura infantil há textos que dispensam a imagem e outros em que o texto e a imagem são indissociáveis

Os livros trabalhados em sala de aula devem ser bem escolhidos pelos professores, devem conter imagens que estão relacionadas ao conteúdo do livro, cores, desenhos, cativam a atenção da criança. Os professores precisam trabalhar com os livros relacionando seus conteúdos a situações reais que eles presenciam na sociedade, no meio em que vivem. Fazer desenhos sobre o que leu não forma leitores críticos, que sabem por que e para que estão lendo. Para Kretzmann e Rodrigues (2006, p. 9)

[...] é na primeira infância que a criança dá início ao reconhecimento da realidade por meio dos contatos afetivos e pelo tato. Também é nessa fase que ela vai conquistando a própria linguagem e, portanto, começa a nomear as realidades

à sua volta. Para estimular o sujeito leitor dessa faixa etária é preciso incluir gravuras entre os seus brinquedos, manipular e nomear brinquedos e desenhos, inventar situações bem simples que os relacionem afetivamente com a criança. O convívio com a imagem, associada à palavra nomeadora são importantes e facilitará a operação mental que identifica a percepção visual e a palavra correspondente.

Para as autoras os livros mais adequados para as crianças na educação infantil são livros de poucas páginas e com imagens nítidas, que provocam conhecimento ou reconhecimento de objetos do cotidiano. Kretzmann e Rodrigues (2006, p. 9) consideram que,

Os livros com predomínio de imagens tiradas ainda do ambiente familiar, geradoras de uma situação significativa para a criança, formando histórias simples que possam ser modificadas e recontadas são mais adequados para a segunda infância. Os textos devem ser breves, adequados ao ritmo lógico da frase, ao ritmo normal de respiração e à capacidade visual do leitor. Com o treino progressivo da técnica de leitura, o leitor estabelece uma relação dinâmica entre o verbal e o visual. Na medida em que ocorre a consolidação da técnica de leitura, diminui o espaço tomado pelas imagens e aumenta a extensão dos textos.

A escolha dos livros influencia no processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, as crianças são curiosas, gostam de folhear livros de observar, de imaginar, e isso deve sempre estar sendo estimulado pelo professor e pelos familiares.

Como a leitura não está restrita ao texto verbal, são inúmeras as possibilidades de o professor de Educação Infantil mediar, mesmo antes da alfabetização, a relação dos alunos com a leitura. É importante que fique claro que as crianças em idade pré-escolar só não dominam os signos verbais, mas já leram toda uma variedade de textos. No início da Educação Infantil a criança já teve contato e já domina esta variedade de textos porque tem as linguagens de certa forma aprendidas. É capaz de ler e inferir sobre uma expressão negativa do rosto da mãe, por exemplo. (KRETMANN; RODRIGUES, 2006, p. 9).

A leitura não precisa ser apenas de livros de histórias infantis, os professores podem estimular a prática com histórias orais, cantigas de roda, fantoches, cartazes de instruções, de alfabeto, enfim, são inúmeras as possibilidades de

inserir a leitura na vida do aluno, basta que o educador busque meios para realizar isso em suas práticas pedagógicas.

Como afirmamos, nas classes de Educação Infantil, o professor tem papel fundamental no trabalho de leitura. As crianças entre cinco e seis anos ainda não são, em sua maioria, leitoras. Isso significa que o professor será o leitor e o mediador nas diversas situações de leitura que ocorrem dentro da sala de aula. (BARROS et al., 2007, p. 06).

A escola é um espaço social, repleto de diversidades culturais, isso deve ser usado pelo corpo docente e equipe pedagógica para que a criança faça leitura, não apenas de códigos escritos, mas de mundo, para que ela compreenda sua realidade, que busque informações, que queira ler, que queira aprender. Estas são atitudes que devem ser estimuladas no ambiente escolar e familiar.

O desafio das instituições infantis hoje é oferecer as crianças um ambiente educativo que possa favorecer o seu desenvolvimento dentro de diversas perspectivas como afetiva, a cognitiva e a motora, por exemplo, envolvendo nesse contexto atividades que não se limitem apenas a cuidar, mas também abranjam o educar de forma que possam atender às necessidades das crianças, sem que isso tratem-nas como incapazes de desenvolver atividades. Esse ambiente alfabetizador propicia contato com os objetos materiais da cultura escrita e prepara as crianças para o processo de alfabetização. (BARROS, et al., 2007, p. 7).

O ambiente educacional deve ser saudável, promover a interação entre os alunos e entre aluno e professor, precisa possibilitar o desenvolvimento das habilidades de cada um, suas potencialidades devem ser aproveitadas e estimuladas através da leitura, das brincadeiras, dos jogos, das atividades em grupo, etc.

Sobre a leitura na educação infantil deve-se dizer que, nos dias de hoje, está bastante em evidência nas escolas e Centros de Educação Infantil. E, para o futuro educador, faz-se necessária a vivência destas experiências práticas e das pesquisas com docentes e alunos, posto que o domínio das competências em leitura é de suma importância para que o aluno possa criar uma nova interdependência entre o ensino-aprendizagem e o desenvolvimento pleno do pensamento elaborado. E isso acontece através de uma Educação motivadora, tendo o professor como modelo e instrumento atuante deste processo.

Somente com muita dedicação se consegue passar a importância do livro para os pequenos. A beleza da leitura abre novos horizontes na imaginação.

Desde os primeiros dias de desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e sendo dirigidas a objetivos definidos, são retratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social. (VYGOTSKY, 1989, p. 35).

Dessa forma, não é a formação profissional do professor que precisa ser discutida, mas sim, a formação docente que muitos não têm. Pode-se observar com isso mais um descaso, uma desvalorização do profissional da educação, o professor, pois, para que uma pessoa possa exercer a profissão de médico, ela precisa ser graduada na área, ela não pode fazer biologia e exercer a medicina. Isso não ocorre em relação à formação para a docência? Visto que um médico especialista pode ser professor sem que esse tenha qualquer tipo de formação acadêmica que dê a ele base para exercer o magistério. Isso é mais um descaso e uma desvalorização. Para Freire (2002, p. 43), “Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”.

O ensinar não pode ser entendido como o saber, o saber é ser detentor e o ensinar é saber transmitir, e um infelizmente não têm relação direta com o outro. Pode-se saber um conteúdo e não se saber ensiná-lo.

É, portanto, nesse contexto duplamente coercitivo que a questão de uma epistemologia da prática profissional acha sua verdadeira pertinência. De fato, se admitirmos que o movimento de profissionalização é, em grande parte, uma tentativa de renovar os fundamentos epistemológicos do ofício de professor, então devemos examinar seriamente a natureza desses fundamentos e extrair daí elementos que nos permitam entrar num processo reflexivo e crítico a respeito de nossas próprias práticas como formadores e como pesquisadores. (...) chamamos de epistemologia da prática profissional o estudo do conjunto dos saberes utilizados realmente pelos professores em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar sua tarefa. (TARDIF, 2000, p. 10).

A educação só pode evoluir a partir de uma valorização da prática docente. Faz-se necessária a mudança de concepção da instituição de ensino onde todos

podem exercer a profissão de professor. Criou-se uma ilusão de que ser professor não passa de um “bico” algo para complementar a renda. Mas, se este é indagado sobre qual é sua profissão, a resposta nunca é “sou professor” e sim, contador, administrador, advogado, farmacêutico, economista entre outros. Segundo Tardif (2000, p. 15),

[...] aprofundarmos nossa discussão em torno das exigências cada vez mais complexas na preparação dos professores universitários para o ingresso no magistério superior que sobre passa a formação inicial numa área específica do conhecimento. Ficando nítido, portanto, que a ausência dessa formação pedagógica vem delegar um peso enorme a esses professores frente às interfaces do “que ensinar” “como ensinar” e a “quem ensinar”, os quais ao transitarem entre o amadorismo profissional e a profissionalização, confrontam com várias dificuldades que não são previsíveis e passíveis ao exercício da prática docente.

A questão é como ele pode ministrar aula sem saber, simplesmente reproduzir, e esse tem como modelo seus próprios professores da universidade com o mesmo grau de instrução e assim se cria um círculo vicioso que ninguém sabe quando irá acabar.

Sem uma qualificação na perspectiva da “pedagogia da competência”, fruto da vontade e do comprometimento inovador, nada é possível que a pedagogia tenha uma visão mais ampla do processo de estimular as crianças através da leitura, porque é na dinâmica do saber e do agir que o docente reconstrói os saberes do mais simples ao mais complexo, apoiado na qualidade organizada do saber, saber fazer e saber refazer sua prática de modo crítico e criativo face à realidade.

Fortalecendo os conceitos sobre competência acadêmica e competência didática, Demo (1998, p.13) aduz a seguinte definição:

Entendemos por competência a condição de não apenas fazer, mas de saber fazer e sobretudo de refazer permanentemente nossa relação com a sociedade e a natureza, usando como instrumentação crucial o conhecimento inovador. Mas que fazer oportunidade, trata-se de fazer se oportunidade.

Diante dessas afirmações, torna-se imperativo que as universidades invistam na formação efetiva do corpo docente para que estes possam transformar as

instituições em *lócus* de produção de ensino, pesquisa e extensão, enfim, despertar a consciência de uma nova identidade docente que leve e eleve a ampliação das concepções de ensino, permitindo um novo olhar para uma educação inovadora, conseqüentemente, um novo docente. Freire (2002) comunga com a opinião de que ensinar exige rigorosidade metódica cuja tríade ensinar/ aprender/ pesquisar são elementos indicotomizáveis e uma das condições indispensáveis à valorização do conhecimento pedagógico.

Aprender e o ensinar são duas atividades unificadas pela relação que se estabelece entre o agente formador (professor) e o aprendiz (aluno) centrado em duas bases unidirecionais: interação e respeito. Sobre interação, apontamos a relação gerada no âmbito do recinto da sala de aula quando apoiada na confiança e empatia mútua encontra no antagonismo de seus interesses e necessidades caminhos que os guiam ao encontro harmonioso do eu - outro como condição inerente às aprendizagens. Quanto à segunda base, reflete as conquistas adquiridas nas circunstâncias vivenciadas e que foram se consolidando através das relações e do equilíbrio entre as emoções e os valores.

Durante muitos anos, acreditou-se que a escola possuía todo o poder em relação aos conhecimentos, tornando-a o único caminho possível para a aprendizagem e desenvolvimento dos indivíduos. Além disso, proporcionava aos seus frequentadores um destaque social inegável e um reconhecimento que legitimava suas práticas.

Esta escola baseava-se na transmissão de conteúdos formais, através do uso de cartilhas e de práticas docentes mecânicas que repetiam o que os livros diziam, não permitindo a participação e envolvimento de seus alunos por considerar o sujeito desprovido de qualquer tipo de conhecimento que pudesse ser valorizado.

Segundo Louro (1997, p. 91)

[...] à medida em que a instituição se tornava um espaço de formação privilegiado, tudo o que se passava no seu interior ganhava importância. Outros modos de educação e de aprendizagem continuaram a existir, é claro, mas as sociedades modernas ocidentais passavam a colocar a escolarização – uma atenção especial. Isso representou não apenas olhar para as crianças e jovens e pensar sobre as formas de discipliná-los, mas também observar – e disciplinar – aqueles que deveriam “fazer” a formação, ou seja, os professores.

Porém, com o passar do tempo, vários estudos começam a ser realizados, abrindo espaços dentro das instituições para práticas que valorizam o aluno e exige dos professores a tomada de consciência de suas práticas enquanto educadores. Tais atitudes tornam necessárias reflexões sobre o processo de ensinar e aprender, proporcionando a toda comunidade escolar e a sociedade em geral uma escola mais crítica e adequada aos seus indivíduos.

Dessa forma, para que a atitude reflexiva se estabeleça, o professor precisa desenvolver algumas características, tais como: não se ver como detentor de um saber acabado, permitindo-se aprender constantemente; compreender que os modelos são construídos em conjunto; lidar com as dúvidas e incertezas como parte do processo de aprendizagem, compartilhando os saberes e fazeres da prática pedagógica.

A formação pedagógica do professor é essencial na inserção da leitura dentro das práticas pedagógicas na educação infantil, além de sua formação, é extremamente importante que o professor queira fazer um processo de ensino-aprendizagem de qualidade, buscando meios para melhorar seu desempenho e a sua relação com os alunos, a educação precisa mediar o conhecimento de forma que os alunos compreendam a importância do ato de ler.

Os professores precisam criar no espaço escolar um local onde a imaginação e as habilidades da criança sejam promovidas através da leitura, da escrita, das brincadeiras e da interação entre elas.

A relação entre literatura infantil e imaginação, considerando o que vimos acerca da cultura infantil, é um importante argumento para que sejam promovidas, no cotidiano das práticas educacionais, atividades de leitura, manipulação de textos literários e conversas sobre eles. Situações nas quais se promova a fruição e se ampliem as referências estéticas, culturais e éticas das crianças. [...] é preciso libertar a literatura infantil de uma cultura escolar que, frequentemente, a considera como um instrumento pedagógico e não como literatura que possui um valor em si mesma: que é fonte de prazer e de experiências estéticas. Creches e pré-escolas devem e podem realizar um trabalho de imersão da criança no mundo literário superando uma visão instrucional, pragmática e escolarizante da literatura infantil. A escolha dos textos literários é uma condição importante para que esse trabalho contribua para o desenvolvimento do letramento literário. (SOARES, 2008, citado por BAPTISTA, 2010, p. 7-8).

A leitura infantil é essencial para que a criança comece a adquirir gosto pela leitura, pelo conhecimento e pelos conteúdos escolares. Os professores, por sua vez, precisam incentivar a prática da leitura desde cedo. Segundo Baptista (2010, p. 10),

Desde os primeiros contatos com a língua escrita, a criança manifesta interesse em compreender seu funcionamento. Sabemos que a criança, ao participar de situações nas quais a leitura e a escrita são instrumentos fundamentais para as interações, descobre informações fundamentais sobre a linguagem escrita. Também sabemos que uma mediação adequada entre o sujeito e o objeto do conhecimento promove desenvolvimento cognitivo. A atuação da professora é, pois, fundamental para assegurar informações, incitar a curiosidade e o desejo de conhecer, levar a criança a formular perguntas, a verbalizar e a formular suas hipóteses.

O interesse da criança pelo código escrito precisa ser incentivado pelo professor o tempo todo. Se o aluno quiser folhar livros, inventar histórias, imaginar cenários e falas com as imagens que vê nos livros, os professores precisam incentivar, permitir que a criança se sinta livre para conhecer e gostar da leitura. Segundo Baptista, (2010, p. 11),

A professora, ao mostrar desenhos, fotografias, ilustrações, objetos e ao imitar seus sons, ao contar histórias, cantar músicas ou recitar poesias, está ajudando as crianças a entender que os objetos podem ser representados, introduzindo a criança no universo simbólico. Sua ação é precursora para a compreensão futura dos complexos sistemas de representação.

Geralmente, os professores não consideram a imaginação, os desenhos e rabiscos como parte do processo de alfabetização, mas essas são características iniciais do interesse da criança pela linguagem escrita, portanto, devem ser práticas sempre aceitas pelos educadores. Baptista (2010, p. 11) lembra que

A descoberta de que desenhar e escrever são ações distintas e independentes é de fundamental importância e depende de ações intencionalmente planejadas para esse fim. O trabalho realizado em grupos de crianças bem pequenas de mostrar que se pode ler algo e extrair sentido sem apoio de desenhos, ilustrações ou imagens; escrever bilhetes, cartas, mensagens para pessoas ausentes; registrar um fato importante ocorrido em sala de aula e reler alguns dias ou semanas depois, são exemplos de situações de aprendizagem que mostram para a

criança funções da escrita de preservar a memória, de comunicar algo, de nos emocionar, e também possibilitam que a criança pense sobre o funcionamento da escrita e sua relevância para a vida social.

Por intermédio do brincar de escrever, de desenhar, de contar histórias é que as crianças desenvolvem sua coordenação motora e começam a tomar gosto pela leitura e pela escrita. Baptista (2010, p. 11) considera que

Muito antes de dominar a escrita ortográfica convencional, a criança pode e deve familiarizar-se com os usos e funções da escrita e as incontáveis possibilidades que ela admite, por exemplo, através de textos literários, de narrativas visuais. Nesse sentido, pode-se dizer que a criança, mesmo sem ser ainda uma leitora e uma produtora de textos por ainda não dominar a tecnologia da escrita, pode ser uma usuária competente desse sistema e dominar capacidades e habilidades próprias de leitores proficientes. Ela pode ser introduzida no mundo da leitura, compartilhando com colegas situações de leituras de histórias, reportagens, piadas, receitas, cartas e emails, feitas por sua professora. Pode ser introduzida no mundo da escrita ditando textos para pessoas que cumprirão a função de escribas. Em ambas as situações, a criança exercita capacidades e habilidades envolvidas na compreensão dos usos e das funções sociais da escrita.

Na prática educacional, os educadores precisam respeitar os currículos, regras e conteúdos, mas também devem buscar instrumentos a mais para facilitar o processo de ensino e aprendizagem, buscar inovar, permitir que a criança se sinta à vontade para aprender e desenvolver suas habilidades. Só assim, poder-se-á formar cidadãos leitores para a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver esse trabalho irá deparar com diversos contextos que discutem a literatura de uma forma inovadora na prática docente, descobrir com isso que podemos sempre inovar no ciclo educacional, principalmente, na educação infantil.

E, mesmo sabendo que nessa fase escolar inicial de uma criança ela possa não sair lendo, entender ser primordial darmos o primeiro passo, colocando-a em contato com acervos literários, introduzindo-a no mundo da leitura, visando à formação de leitores, críticos e competentes.

Neste sentido a leitura literária algo indispensável haja vista que ela estimula as crianças em nível de linguagem, imaginação, articulação das ideias, linearidade, ampliação do vocabulário etc., como também, auxilia na alfabetização, a partir da leitura de imagens e sequenciais que lhe serão essenciais em anos seguintes.

Outro ponto positivo a ser ressaltado é o contato mais ameno com realidades externas e que talvez tenham um impacto negativo dito às crianças de maneira direta. Os contos infantis podem alertá-las sobre assuntos do mundo adulto de uma forma suave e que elas entendam, por exemplo, é possível trabalhar com a história Chapeuzinho Vermelho para avisá-las do perigo que elas correm ao falar com estranhos, ou, a menina do Laço de Fita discutindo o preconceito racial, assim como, as fábulas de esopo que trazem assuntos, como: solidariedade, amizade, família, responsabilidade, respeito morte, etc.

É inúmero os benefícios que o incentivo à leitura pode trazer aos educadores, por isso considerar que a formação do educador, porque um profissional melhor preparado, que tenha estudado a importância da leitura na graduação, que saiba quais são os benefícios tratará da temática com mais cuidado, com propriedade, ensinando seus alunos com consciência, pois como ele poderá trabalhar com domínio de algo que não faça sentido para ele?

A formação docente no ensino superior não pode contrariar a unidade teoria-prática, ou seja, é preciso uma qualificação para o exercício docente que ultrapasse o domínio do conhecimento específico na área e se articule com o preparo pedagógico, para superar situações desafiadoras em sala de aula, a título de exemplo, pode mencionar a leitura na educação infantil.

Consciente de que as universidades são produtos das relações humanas, faz-se necessário fortalecer o debate sobre as possibilidades de estabelecer uma política de formação continuada para os professores, pois a mudança deve ser gradual e iniciada em suas raízes, a graduação.

A universidade que visa à qualidade aponta para uma virtude dialética reconstrutiva dos conhecimentos a serviço do processo educativo que fundamentalmente deve se processar nas competências humanas e sua base alicerçada no patrimônio histórico, social, cultural e político estrutural do recinto universitário.

A formação do professor tem enfatizado mais os conhecimentos científicos e tecnológicos dando pouca ênfase às questões de relacionamento interpessoal. A

relação professor-aluno é paradoxalmente a maior produtora de tensões como também de recompensas e gratificações. Qualquer prejuízo nessa relação desarticula a tranquilidade do professor no ensino e a receptividade do aluno na aprendizagem.

Há muito tempo ouve-se a afirmativa “Ensinar é uma arte”. Realmente é uma arte que precisa ser aperfeiçoada a cada dia através de uma postura crítica e reflexiva da práxis, pois a reflexão é um valioso instrumento de autodesenvolvimento e transformação.

No mundo atual, a universidade deve atender à demanda por mudanças solicitadas por um meio ambiente cada vez mais agressivo, devendo buscar manter sob controle as resistências à sua implantação, de forma a privilegiar abordagens que se aproximam à do ensino colaborativo. Considerando o que foi exposto, pode-se afirmar que o ensino da educação infantil deve estar alinhado com extensões como graduação e especializações, com o propósito de torná-la mais efetiva e eficaz.

Por fim, conclui-se que a leitura literária é essencial nos anos iniciais e que um professor qualificado pode trabalhar melhor com seus alunos em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas educacionais. São Paulo: UNESP, 2010.

BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira. **Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

BAPTISTA, Mônica Correia. **A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância**. In: SOARES, M. **Livros para a educação infantil: a perspectiva editorial**. Minas Gerais: UFMG, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&aliases=6790-alinguagemescrita&Itemid=30192>. Acesso em: 24 de set. 2015.

BARRETO, Luciano Gallo Machado et al. **A história da educação infantil**: centro de educação infantil Eusébio Justino de Camargo. Nova Olímpia: UNEMAT, 2008. Disponível em: <http://need.unemat.br/4_forum/artigos/luciani.pdf>. Acesso em: 26 de set. 2015.

BARROS, Cristiane Maria et al. **Leitura na educação infantil**: a questão dos objetivos de ensino. 2007. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro de Educação UFPE, Pernambuco, 2007.

BRASIL. **Lei 9.394: de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei 9.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). **Língua Portuguesa. Ensino Fundamental**. Terceiro e quarto ciclo, Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAVICCHIA, Durlei de Carvalho. **O desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida**. Araraquara, SP: UNESP, 2010. Disponível em: <www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/224/1/01d11t01.pdf>. Acesso em: 04 de out. 2015.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 3 ed. Campinas: Autores associados, 1998.

DRAGO, Rogério; RODRIGUES, Paulo da Silva. **Contribuições de Vygotsky para o desenvolvimento da criança no processo educativo**: algumas reflexões, Vila Velha, n . 3, p. 49-56, Jul./Dez. 2009.

FERREIRA, Lara Cristina . **Psicologia do desenvolvimento**: Desenvolvimento psíquico em Piaget. Lins: Unisalesiano, 2008. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/RE36875218852.pdf>>. Acesso em: 15 de out. de 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KRETZMANN, Caroline; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. **A leitura na educação infantil**. Revista Educere. PUC-PR, 2006.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: história & histórias. 4. ed. São Paulo: Ática, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós estruturalista. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

PIAGET, J. **A Construção do Real na Criança**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

SILVEIRA, Adrienne Galvão; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. **O cuidar e o educar na educação infantil**: uma perspectiva para graduados em licenciaturas. Anais do II Seminário de Pesquisa do NUPEPE. Uberlândia: UFU. p. 28-35, maio. 2010.

TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários**: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o Magistério. Belo Horizonte: Revista brasileira de educação, n. 13, p. 5-24. Jan./Fev./Mar./ Abr. 2000.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Recebido: 18 out. 2016.

Aprovado: 09 ago. 2017.

DOI:

Como citar: PALOMO, A. S. N. C. ; SANTOS, N. ; A importância da leitura na educação infantil. R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol, Medianeira, v. 8, n .16, 2017. E – 4807.

Disponível em: <<https://periodicos.utfr.edu.br/recit>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

